

Educação: prioridade mesmo?

O GLOBO

JOEL BENIN

Depois de garantir a aprovação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases do senador Darcy Ribeiro na Comissão de Educação do Senado, o Governo apresentou seu projeto para a recuperação da educação brasileira. Como na proposta do senador Darcy, a prioridade vai para o ensino fundamental.

Em emenda a ser enviada ao Congresso no dia 15 de outubro, Dia do Professor, o Governo determina que 60% do total destinado pelos estados e municípios à educação vão para o ensino da 1ª à 8ª série. Ou seja, 15% do que estados e municípios arrecadam vão para a formação de um fundo de recuperação do ensino fundamental.

A proposta do Governo não prevê nenhum tostão a mais no orçamento para a educação. Apenas obriga estados e municípios a gastarem 60% das verbas já vinculadas na educação fundamental. O restante ficaria para o ensino infantil, especial (para alunos portadores de deficiências físicas e mentais), de Segundo Grau e superior (quando estados ou municípios possuírem faculdade ou universidade próprias). Fernando Henrique diz que, com isso, pretende incentivar a municipalização do ensino.

Esta é uma decisão que pode causar vários problemas. Recuperar o ensino fundamental não é tornar quase exclusiva a preocupação com ele, a ponto de recuperar apenas os salários dos professores deste nível de ensino.

Metade do dinheiro do fundo será destinada ao pagamento dos professores. Depois de um cálculo complicado, o Governo chegou à conclusão de que, assim,

poderá elevar o salário dos professores para "mais ou menos" 300 reais. As entidades dos professores querem um piso nacional unificado de 431 reais, reajustado de acordo com o IGP. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação fez um estudo onde mostrou a viabilidade do pagamento deste piso para os professores (todos), com base nas verbas que hoje devem ser destinadas à educação. Isto é, sem aumentar em nada o orçamento.

Ao generalizar e vincular o que deve ser gasto em ensino fundamental para todos os estados e municípios, o Governo não leva em conta as características específicas de cada um deles. Algumas cidades sequer possuem rede própria de ensino da 1ª à 8ª série, já que a rede estadual supre essa necessidade. Dessa forma, o município se atém a outras etapas do ensino. O município de Jundiá, em São Paulo, por exemplo, gasta 70% de seu orçamento com ensino infantil.

O Governo não discutiu sua proposta nem com estudantes nem com professores. Ignora a opinião de setores organizados da sociedade que discutem os rumos da educação há anos e têm propostas a apresentar.

Nossa preocupação é com o sistema de ensino como um todo. Como ficam o ensino de Segundo Grau, a educação infantil, o ensino especial, as escolas técnicas e as universidades? Dizer que o problema da educação está apenas no desperdício de verbas é mascarar a falta de vontade política de investir e priorizar a educação. Temos, sim, que alocar mais recursos para a educação. O Brasil investe menos em educação, em relação ao PIB, do que a maioria dos países latino-americanos. Os absurdos desperdícios que existem são de responsabilidade

dos governos e não dos professores e alunos.

Se houvesse realmente vontade política de resolver o problema da educação, o Governo federal começaria por punir criminalmente governadores e prefeitos que não investissem 25% do orçamento em educação. Sabe-se que esta prática não é tão rara assim e muitos governantes incluem na rubrica "educação" a construção de uma rua que dá acesso a uma escola, por exemplo.

A Ubes quer participar deste debate. No último dia 27 de setembro, lançou um manifesto exigindo a recuperação do ensino público em todos os níveis e a prioridade, na prática, do setor. Várias personalidades assinam o manifesto, como Leonel Brizola, o governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque, o senador Eduardo Suplicy, a senadora Emília Fernandes, os deputados federais Miro Teixeira, Aldo Arantes, Lindbergh Farias, Ubaldo Júnior, Ricardo Gomyde, Jair Meneguelli, Socorro Gomes, Volney Queiroz, o presidente da UNE, Orlando Júnior, a ANPG, a Andes, a CNTE, a Fabsubra, entre outras personalidades e entidades.

Continuaremos discutindo as propostas do Governo, atentos às suas atitudes. O 31º Congresso da Ubes que acontecerá de 1 a 5 de novembro em Goiânia, reunindo cerca de cinco mil delegados de escolas de todo o Brasil, certamente será um momento importantíssimo, de aprofundamento do debate e orientação para a posição dos estudantes em relação à política do Governo nesse setor que mexe tão diretamente em nosso dia-a-dia.

Joel Benin é presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.